

ASSISTÊNCIA E ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA EM DIREITOS DA MULHER E DE GÊNERO

Coordenador: SERGIO JOSE PORTO

Autor: PATRICIA VILANOVA BECKER

Fundado em 1950, o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária (SAJU) é hoje o segundo maior programa de extensão da UFRGS, tendo sido o primeiro núcleo de assessoria jurídica universitária do Brasil. É composto por cerca de 140 participantes entre estudantes e profissionais, sendo dividido em 13 grupos que atuam em diferentes áreas do Direito. Na prática dos diversos grupos, a existência de elementos unificadores, nos quais se destacam a busca pela efetivação dos Direitos Humanos, da Cidadania e do Acesso à Justiça - princípios fundantes que norteiam as práticas do programa. Entre esses grupos, surge em 2006 o G8, que então trabalhava a temática dos Direitos da Mulher de maneira exclusiva, atendendo demandas individuais e realizando estudos de gênero. Em 2007, firma parceria com um Projeto de Extensão do Instituto de Psicologia da UFRGS, passando a abrigar em sua equipe não somente advogado(a)s e estudantes de Direito - modelo tradicional de projetos de assistência jurídica universitária - mas também psicólogo(a)s e estudantes de Psicologia. Esta parceria afetaria o trabalho do grupo de maneira definitiva, inaugurando uma faceta interdisciplinar que passaria a nortear suas práticas. Nesse sentido, a conexão de diferentes saberes produz múltiplas transformações nos sujeitos envolvidos, na medida em que novas possibilidades de atuação são visibilizadas. A temática trabalhada pelo grupo ganha uma abordagem conjuntural e subjetiva, juntamente com a percepção de que o Direito e seus meandros processuais, por si só, não são capazes de dar conta das demandas surgidas. Assim, em 2009, o grupo passou por uma dupla transformação, ampliando sua temática e suas práticas de trabalho. Mais do que uma reformulação, esse momento consistiu em um olhar em direção a si mesmo - um auto-diagnóstico de que o grupo passara por um longo processo de transformação marcado por atravessamentos interdisciplinares. Traduzo esses movimentos da seguinte forma: Movimento de ampliação temática O grupo passou por um processo de ampliação de seu público-alvo, na medida em que a palavra gênero foi tomada em sentido amplo, passando a englobar não apenas a temática dos Direitos da Mulher - intimamente relacionada com as demandas feministas - como também os Direitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) - profundamente relacionados com identidade sexual e identidade de gênero. Nesse sentido, a concepção trazida por Guacira

Lopes Louro (2007) reflete a compreensão do grupo acerca da problemática de gênero: "O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, ainda, como são 'trazidas para as práticas sociais e tornadas parte de um processo histórico" . Dessa forma, o público-alvo do projeto é hoje composto por mulheres em situação de vulnerabilidade em razão de seu contexto cultural, econômico e social - especialmente aquelas que são ou foram vítimas de violência de gênero, como também engloba a população LGBT "que se encontra em condições de vulnerabilidade, seja pela vitimação decorrente da homofobia, seja pelas violências cotidianas sofridas, intrínsecas a uma sociedade heteronormativizada (...)." Movimento de ampliação metodológica Com a ampliação do público-alvo, simultaneamente surgem outros questionamentos acerca da prática da assistência jurídica individual até então tomada como ação principal do grupo. Passou-se a refletir sobre quais outras práticas seriam possíveis e desejáveis dentro dos jogos de verdade que envolvem o gênero, cogitando-se sobre como realizar um trabalho que de fato fosse mais amplo e desse conta da complexidade do tema. Importante frisar que esses questionamentos não estiverem imunes de tensões decorrentes da própria estrutura sajuana e de sua produção teórica. Na prática das Assessorias Jurídicas Populares (AJUP'S) é comum a tensão existente entre a prática individual da assistência, vista como assistencialista e conservadora, e a prática coletiva da assessoria, caracterizada pela educação popular comunitária, vista como libertária e progressista. Em termos teóricos, a produção de Ivan Furmann reflete o pensamento hegemônico sobre assistência e assessoria jurídica, considerando-os métodos opostos e incongruentes: "Assessoria e Assistência não podem ser conciliadas. Suas concepções ideológicas e políticas são estranhas. Logo, o que identificará a metodologia empregada é seu fim político-ideológico". No SAJU, núcleo de extensão jurídica universitária de quase 60 anos de história, esta tensão sempre esteve presente. É nesse contexto que surge a proposta do G8 quando decide fazer-se Generalizando: surge no grupo o desejo de ampliar suas práticas para além dos atendimentos jurídicos realizados na sede da instituição (caracterizadores da assistência) e expandir-se para além dos muros da universidade (prática caracterizadora da assessoria). Assim, no ano de 2009 é escrito o projeto Generalizando, que se propõe a realizar oficinas de educação popular sobre a temática de gênero nas escolas públicas de Porto Alegre: O Projeto "Generalizando" destina-se a conscientizar a população não inserida no meio acadêmico sobre direitos humanos, dando foco especial na questão de violência doméstica e discriminação de gênero com o intuito de incentivá-las a buscarem os direitos que lhe são cabidos. A partir de então, o grupo incorporou para si dois projetos: O "Assistência no Acesso à Justiça" (projeto de origem que o tornava o

oitavo grupo de assistência do SAJU) e o "Generalizando" (projeto escrito pelo próprio grupo). No ano de 2010, após uma reformulação estrutural ocorrida no SAJU, o projeto "Assistência no Acesso à Justiça" foi extinto e o projeto Generalizando fora reescrito, desta vez mais amplo, fundindo diversas atividades como atendimentos interdisciplinares, atividades em comunidades (não somente em escolas), capacitação interna e produção de material informativo/pedagógico. Efetivação do novo projeto O objetivo inicial do projeto Generalizando de 2009 - realização de oficinas em escolas públicas - acabou por não se concretizar. As práticas do grupo caminharam na direção da educação popular em comunidades carentes sem o recorte institucional e na intervenção política junto a entidades da sociedade civil. Sem dúvida, as razões deste rumo são merecedoras de análise mais aprofundada, pois reflete não somente uma demanda particular do grupo, como também representa uma aproximação do próprio SAJU-UFRGS dos movimentos sociais e entidades de base. Atualmente, o grupo é composto por advogado(a)s, psicólogo(a)s, estudantes de Direito, estudantes de Psicologia e estudantes de Ciências Sociais. No ano de 2010, o grupo realiza atividades na comunidade São Judas Tadeu do município de Porto Alegre; atua como membro do Fórum Permanente de Combate à Violência contra a Mulher; trabalha na organização da 14^o Parada Livre de Porto Alegre; realiza 3 novos atendimentos interdisciplinares por semana; realiza capacitações internas; entre outras atividades pontuais como intervenções realizadas no Dia Internacional da Mulher, no Dia Internacional de Combate à Homofobia, exibição de banca no Fórum Social Mundial, mostra de fotografia e documentário no UFRGS Portas Abertas, apresentação de trabalho no evento Fazendo Gênero da UFSC, entre outras. Os desafios de congregar tais práticas são muitos, mas sem dúvida enriquecedores, mantendo o grupo em constante movimento e transformação.